

## Bolsonaro terá que explicar falas sobre fraude de urnas ao TSE

Em ofício assinado nesta segunda-feira (21/6), o corregedor-geral da Justiça Eleitoral, ministro Luis Felipe Salomão, determinou que as autoridades que denunciaram a ocorrência de fraudes nas eleições presidenciais de 2018 recebam prazo de 15 dias para apresentar evidências ou informações que comprovem suas falas.

Miguel Ângelo/CNI



Sem provas, Bolsonaro declarou em diversas oportunidades que a lisura das eleições está em risco por conta das urnas eletrônicas Miguel Ângelo/CNI

A ordem foi determinada em procedimento administrativo visando "ao levantamento e à análise de elementos que possam ter comprometido a regularidade de pleitos anteriores, consoante divulgado por autoridades na imprensa".

A Portaria CGE 1/2021, que instaura o procedimento, cita declarações do presidente Jair Bolsonaro, do deputado estadual Oscar Castello Branco (PSL-SP) e do candidato à presidência em 2018, Cabo Daciolo.

Dentre essas autoridades, de fato, ninguém falou mal da urna eletrônica mais alto do que Jair Bolsonaro. Eleito em 2018, ventilou a existência de fraudes de forma constante, sem apresentar provas. E durante o mandato tem defendido a adoção do voto impresso por entender que o sistema atual não é suficientemente seguro. O ofício do TSE cita cinco declarações diferentes do presidente.

Em mais de uma oportunidade, o Tribunal Superior Eleitoral [emitiu nota](#) e [até fez campanha](#) para rebater as declarações do presidente. Após novas provocações feitas durante as eleições municipais de 2020, que sofreram com ataque hacker e problemas técnicos na apuração dos votos, o presidente da corte, ministro Luís Roberto Barroso, [respondeu diretamente](#) a Bolsonaro.

Gustavo Lima/STJ



Procedimento foi aberto pelo Corregedor do TSE, ministro Luis Felipe Salomão<sup>Gustavo Lima/STJ</sup>

Por conta das declarações, Bolsonaro foi também [alvo de processos](#) cujo objetivo era obrigá-lo a [provar as alegações](#). Um dos pedidos foi feito ao Supremo Tribunal Federal pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSol) e [negado pelo ministro Dias Toffoli](#).

A campanha do presidente contra a urna eletrônica ampliou o debate sobre a volta do voto impresso, atualmente em votação no Congresso Nacional na Proposta de Emenda Constitucional 135/2019.

O ministro Luís Roberto Barroso é contra. O presidente do TSE entende que isso [colocará o sistema eleitoral sob risco](#) de que os perdedores venham a pedir conferência de votos, busquem inconsistências ou nulidades e [apresentem ações](#) perante a Justiça Eleitoral para discutir resultado das eleições. Além disso, vai gerar custos e dificuldades operacionais.

Recentemente (9/6), apresentou esses argumentos a deputados federais brasileiros, depois de ser convidado pelo presidente da Câmara, Arthur Lira, para participar de comissão geral sobre assuntos eleitorais. E nesta segunda-feira recebeu grupo deles para [apresentação da urna eletrônica](#) na sede do TSE.

"Quem vai determinar impressão do voto é a urna eletrônica. Portanto, se há suspeita de fraude no voto eletrônico, essa suspeita se transfere também para o voto impresso", disse Barroso, em sessão de julgamento na última terça-feira (15/6). "Temo que o voto impresso possa ser solução arriscada para um problema que não existe", complementou.

Clique [aqui](#) para ler o ofício do TSE

Clique [aqui](#) para ler a portaria do TSE

**Date Created**

21/06/2021